

NUPEMEC/TJAM

2015 - 2019



Relatório Ciclo



ÍNDICE

RELATÓRIO CICLO	LINHA DO TEMPO	IDENTIDADE	ANÁLISE SWOT	RESULTADOS	DESAFIOS	PROPOSTAS
03	04	09	10	12	20	24



RELATÓRIO CICLO

O objetivo deste relatório é o de apresentar as ações, atividades e detalhes importantes **de** projetos e iniciativas que foram realizadas pelo NUPEMEC/TJAM ao longo de 05 (cinco) anos. Além disso, o documento serve como forma **de** organização, transparência e esclarecimento das ocupações realizadas compondo, desta feita, o acervo de documentos históricos.

Nas próximas páginas será apresentado de forma breve uma visão geral das atividades e ações desenvolvidas durante os anos de 2015 a 2019 pelo NUPEMEC/TJAM, destacando os resultados alcançados, bem como as medidas estratégicas desenhadas para os próximos anos.

LINHA DO TEMPO



2015

INÍCIO DAS
TRATATIVAS PARA
IMPLEMENTAÇÃO
DA RESOLUÇÃO
CNJ n.º 125/2010.

2015

APROVAÇÃO E
PUBLICAÇÃO DA
RESOLUÇÃO TJAM
n.º 04/2015
QUE INSTITUI O
SISPEMEC/TJAM E O
NUPEMEC/TJAM.

2016

FORMAÇÃO DE
MEDIADORES E
CONCILIADORES
JUDICIAIS EM
PARCERIA COM
ESMAM e EASTJAM
(05 TURMAS).

2016

ALINHAMENTO DO
FLUXO DOS
CEJUSCS FAMÍLIAS,
CÍVEL E POLO
AVANÇADO.

2016

INÍCIO DAS
TRATATIVAS PARA
INSTALAÇÃO DO
CEJUSC FAZENDA
PÚBLICA.

2016

ARTICULAÇÃO
COM O DTI PARA
ADAPTAÇÃO DO
SISTEMA SAJ-PG5
AOS CEJUSCS.

2016

ARTICULAÇÃO COM
DDE PARA
ELABORAÇÃO DE
POP DOS CEJUSCS
FAMÍLIAS E CÍVEL.

2016

INÍCIO DAS
TRATATIVAS DO
PROJETO: “PACTO DE
MEDIAÇÃO COM
GRANDES
LITIGANTES”.

2016

ORGANIZAÇÃO
ADMINISTRATIVA
DO
NUPEMEC/TJAM.

2016

IMPLEMENTAÇÃO
DAS OFICINAS DE
PARENTALIDADE.

2016

LEVANTAMENTO
DAS SUB-
REGIÕES E
QUANTIDADE DE
JUÍZOS NOS
MUNICÍPIOS DO
AMAZONAS.

2017

INSTALAÇÃO DO
CEJUSC FAZENDA
PÚBLICA.

2017

IMPLEMENTAÇÃO
DO PROJETO:
“PACTO DE
MEDIAÇÃO COM
GRANDES
LITIGANTES”.

2017

FORMAÇÃO DE
MEDIADORES E
CONCILIADORES
JUDICIAIS EM
PARCERIA COM
ESMAM e EASTJAM
(09 Turmas).

2017

CURSO PARA
REPRESENTANTES
DE EMPRESAS
(Prepostos e
Advogados).

2017

SEMINÁRIO SOBRE
GÊNERO, RAÇA E
ETNIA.

2017

CURSO DE
FORMAÇÃO DE
FACILITADORES DA
OFICINA DE
PARENTALIDADE
(169 profissionais
participantes).

2017

INÍCIO DA
IMPLEMENTAÇÃO DO
PROJETO: “JUSTIÇA
RESTAURATIVA NA ÁREA
DA INFÂNCIA E
JUVENTUDE”. REALIZAÇÃO
DE 20 CÍRCULOS
RESTAURATIVOS.

2017

INÍCIO DAS
TRATATIVAS COM
UNIVERSIDADES
PÚBLICAS E
PRIVADAS
(Projeto: “Casa
Sem Paredes”).

2017

SEMANA NACIONAL
DE CONCILIAÇÃO
(1.070 audiências
com 50,16% de
acordos)

2018

IMPLEMENTAÇÃO
DO PROJETO:
“PACTO DE
MEDIAÇÃO COM
GRANDES
LITIGANTES”.

2018

ASSINATURA DE
TERMO DE
COOPERAÇÃO
TÉCNICA COM 06
EMPRESAS (Projeto:
“Pacto de Mediação
com Grandes
Litigantes”).

2018

REUNIÃO COM AS
EMPRESAS PARA
AVALIAÇÃO DO
PROJETO: “PACTO
DE MEDIAÇÃO COM
GRANDES
LITIGANTES”.

2018

SEMINÁRIO SOBRE
POLÍTICA PÚBLICA
DE TRATAMENTO
ADEQUADO DE
SOLUÇÃO DE
CONFLITOS (400
participantes).

2018

RECONHECIMENTO DO NUPEMEC COMO INSTITUIÇÃO FORMADORA JUNTO À ENFAN .

2018

REALIZAÇÃO (parceria com a FVG) DE ENCONTRO PARA APRESENTAÇÃO DE PLATAFORMA DIGITAL DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.

2018

DESEMBARGADOR DÉLCIO LUÍS SANTOS DESIGNADO PARA A PRESIDÊNCIA DO SISPEMEC/TJAM (Portaria n.º 1.627-PTJ).

2018

REALIZAÇÃO DE 16 CÍRCULOS RESTAURATIVOS (Projeto: “Justiça Restaurativa na área da Infância e Juventude”).

2018

1º SIMPÓSIO DE SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA SÓCIOJURÍDICA DO AMAZONAS.

2018

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO: “PAI LEGAL”.

2018

FORMAÇÃO DE MEDIADORES E CONCILIADORES JUDICIAIS EM PARCERIA COM ESMAM e EASTJAM (05 Turmas).

2018

SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO (818 audiências com 28% de acordos).

2019

FORMAÇÃO DE MEDIADORES E CONCILIADORES JUDICIAIS EM PARCERIA COM ESMAM e EASTJAM (04 Turmas).

2019

IMPLANTAÇÃO DA SEDE DO NUPEMEC/TJAM NO FÓRUM CÍVEL DESEMBARGADOR EUZA M^ª NAICE DE VASCONCELLOS.

2019

ENTREGA DO SELO
"EMPRESA AMIGA
DA JUSTIÇA"
(Projeto: "Pacto de
Mediação com
Grandes Litigantes").

2019

SEMANA NACIONAL
DE CONCILIAÇÃO
(984 audiências com
29% de acordos).

2019

IMPLEMENTAÇÃO
DO PROJETO:
"FAMÍLIAS, JUSTIÇA E
CIDADANIA PLENA
NO INTERIOR DO
AMAZONAS".

IDENTIDADE

MISSÃO

Disseminar a cultura de pacificação pela autocomposição e os métodos consensuais de solução de conflitos por meio de estratégias, projetos e programas interdisciplinares, desenvolvendo, aplicando e estudando as ferramentas e linguagem da Mediação e da Conciliação.

Tornar a cultura de pacificação pela autocomposição e as ferramentas da Mediação e da Conciliação uma realidade que envolva o Poder Judiciário e a sociedade, alcançando, em especial, a população tradicional local.

VISÃO

VALORES

Pacificação, Presteza, Acessibilidade, Ética, Inovação, Sustentabilidade, Estratégia e Construção Coletiva.

1 FORÇAS

- CLIMA ORGANIZACIONAL FAVORÁVEL.
- SEDE ADMINISTRATIVA PRÓPRIA E COM ACESSIBILIDADE.
- RELACIONAMENTO “PORTAS ABERTAS” ENTRE GESTORES E SERVIDORES.
- AÇÕES, PROGRAMAS E PROJETOS CATEGORIZADOS COMO “BOAS PRÁTICAS”.
- COMPROMETIMENTOS DOS GESTORES (*STAKEHOLDERS*).
- VONTADE E ENVOLVIMENTO GENUÍNO NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE AUTOCOMPOSIÇÃO.

2 FRAQUEZAS

- POUCA DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES EM MÍDIA SOCIAL.
- RECURSOS HUMANOS.
- DESCONHECIMENTO DO NUPEMEC ENTRE OS SETORES DO TRIBUNAL.
- AUSÊNCIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E PLANO DE AÇÃO.
- ATOS NORMATIVOS DESATUALIZADOS E/OU PENDENTES DE ELABORAÇÃO.
- POUCO MATERIAL DIDÁTICO ELABORADO E PUBLICADO.

3 OPORTUNIDADES

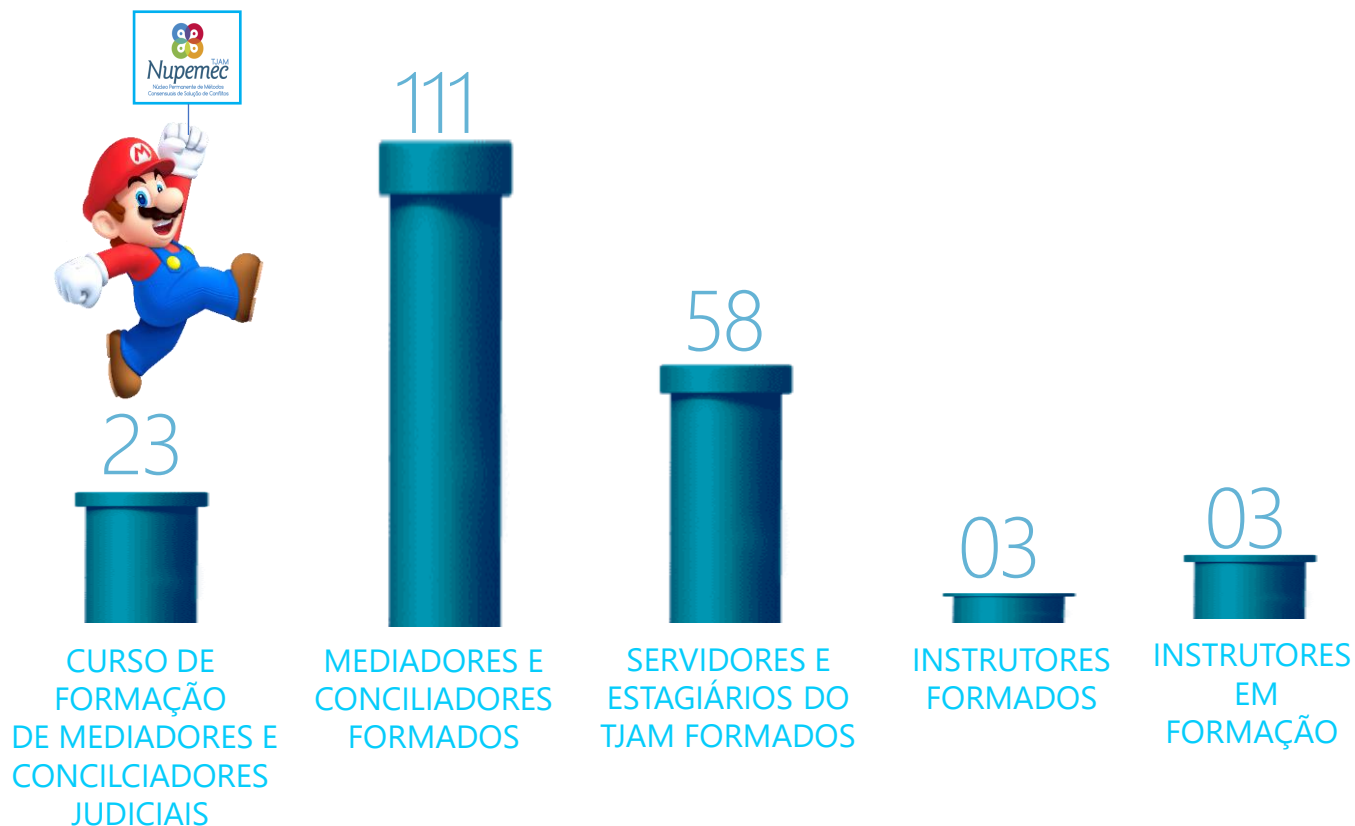
- SERVIDORES EFETIVOS E ESTAGIÁRIOS PARA COMPOR EQUIPE.
- CAPTAÇÃO DE FOMENTO VIA PROJETOS.
- REUNIÕES SEMANAIS COM O COORDENADOR DO NUPEMEC/TJAM E SEMESTRAL COM PRESIDENTE DO SISPEMEC/TJAM.
- ANÁLISE DIAGNÓSTICA COM PROPOSTA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE GESTÃO PÚBLICA.
- VIRTUALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E ADOÇÃO DE FERRAMENTAS/APLICATIVOS DE GERENCIAMENTO DE TRABALHO REMOTO.
- IMPLEMENTAÇÃO DE UM MODELO REGIONALIZADO DA POLÍTICA PÚBLICA DE AUTOCOMPOSIÇÃO COM ALCANCE DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS LOCAIS.

4 AMEAÇAS

- FALTA DE APOIO E DE ENVOLVIMENTO DE TODOS OS SETORES E AGENTES PÚBLICOS DO PODER JUDICIÁRIO NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.
- RECURSOS HUMANO.

RESULTADOS CONSOLIDADOS

(2017–2019)



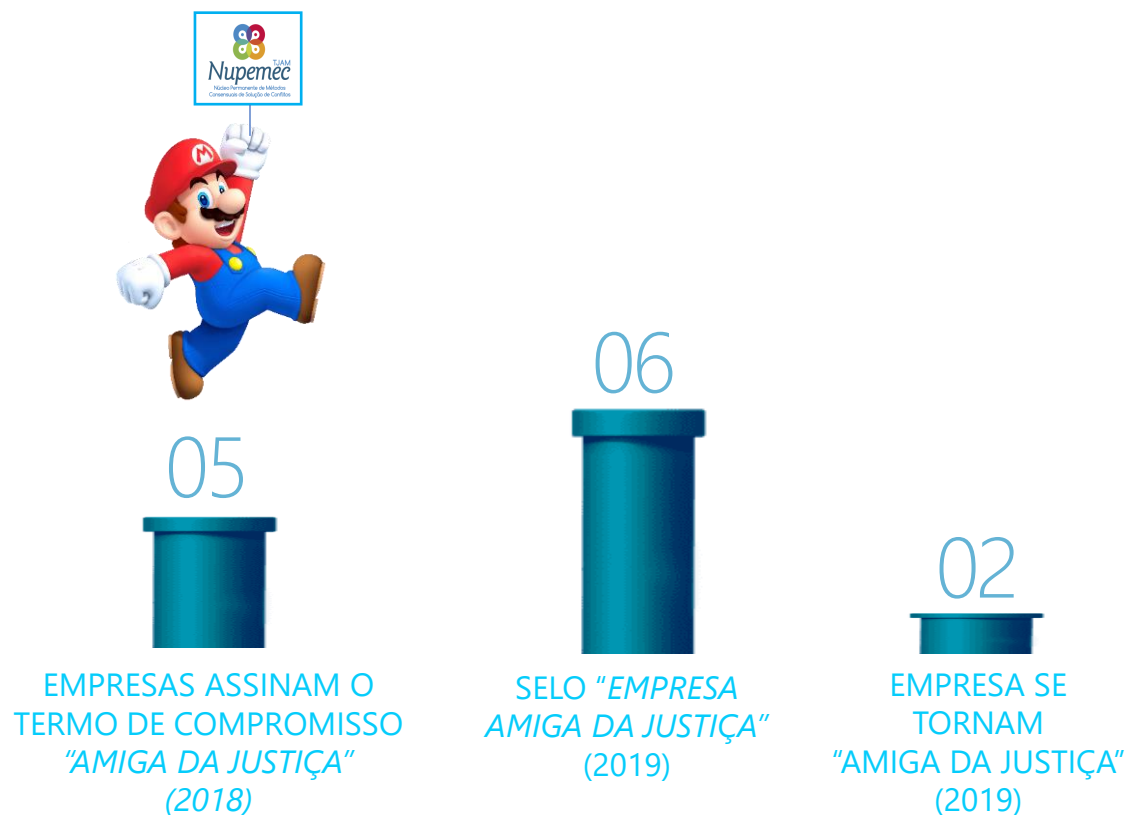
PROJETO IMPLEMENTADO:

“CURSO DE FORMAÇÃO DE MEDIADORES E CONCILIAADORES JUDICIAIS”

O curso foi credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, conforme Portaria n.º 21/2018.

RESULTADOS CONSOLIDADOS

(2017–2019)



PROJETO IMPLEMENTADO:

“PACTO DE MEDIAÇÃO COM GRANDES LITIGANTES”

Estratégia de não judicialização de conflitos dos maiores litigantes no âmbito da Justiça estadual com a contrapartida de reconhecimento social da imagem da empresa como “*Amiga da Justiça*”.

RESULTADOS CONSOLIDADOS

(2017–2019)



PROJETO IMPLEMENTADO:

“OFICINA DE PARENTALIDADE”

Desenvolvido pelo Setor Psicossocial do CEJUSC Famílias. Objetiva auxiliar famílias que enfrentam conflitos jurídicos relacionados à ruptura do vínculo conjugal.

RESULTADOS CONSOLIDADOS

(2017–2019)



01
CEJUSC
INSTALADO



05
EM TRATATIVAS (AGUARDAM
INSTALAÇÃO DE CEJUSC)

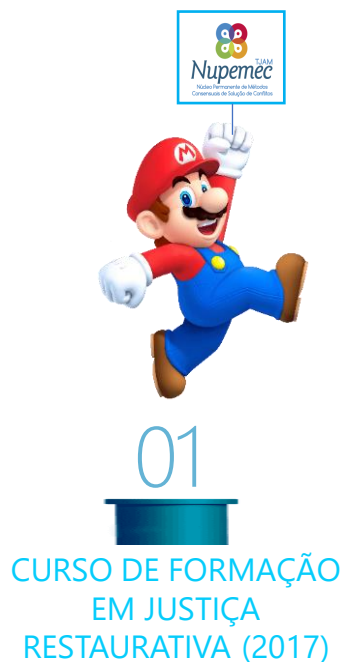
PROJETO IMPLEMENTADO:

**“CASA SEM PAREDES:
JUSTIÇA MULTIPORTAS”**

Projeto prevê a instalação de
CEJUSCS por meio de
Acordos de Cooperação
Técnica com
Universidades/Faculdades.

RESULTADOS CONSOLIDADOS

(2017–2019)

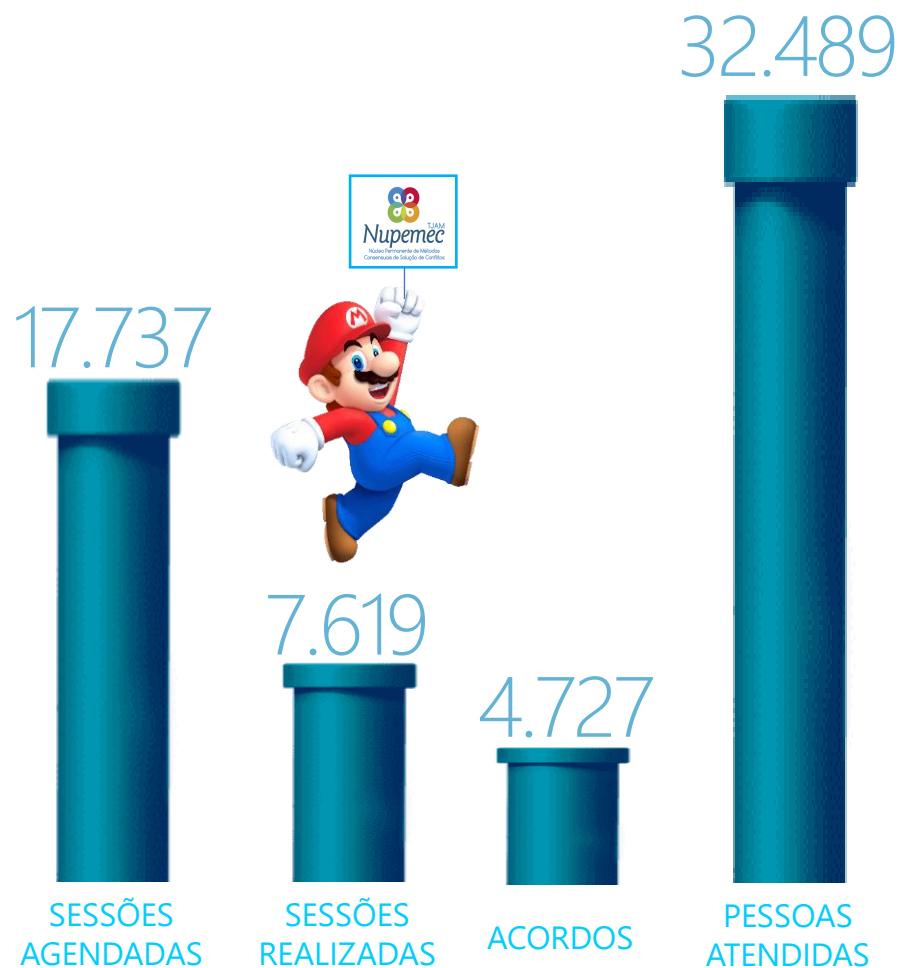


PROJETO IMPLEMENTADO:

“JUSTIÇA RESTAURATIVA”

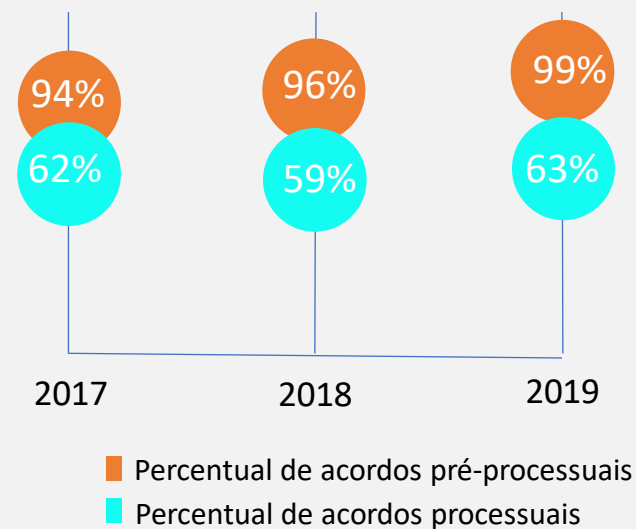
Projeto realizado em parceria com as varas do Juizado Infração da Infância e Juventude, Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e 1ª Vara criminal visando restaurar os envolvidos por meio dos círculos restaurativos.

RESULTADOS CONSOLIDADOS CEJUSC FAMÍLIAS (2017–2019)



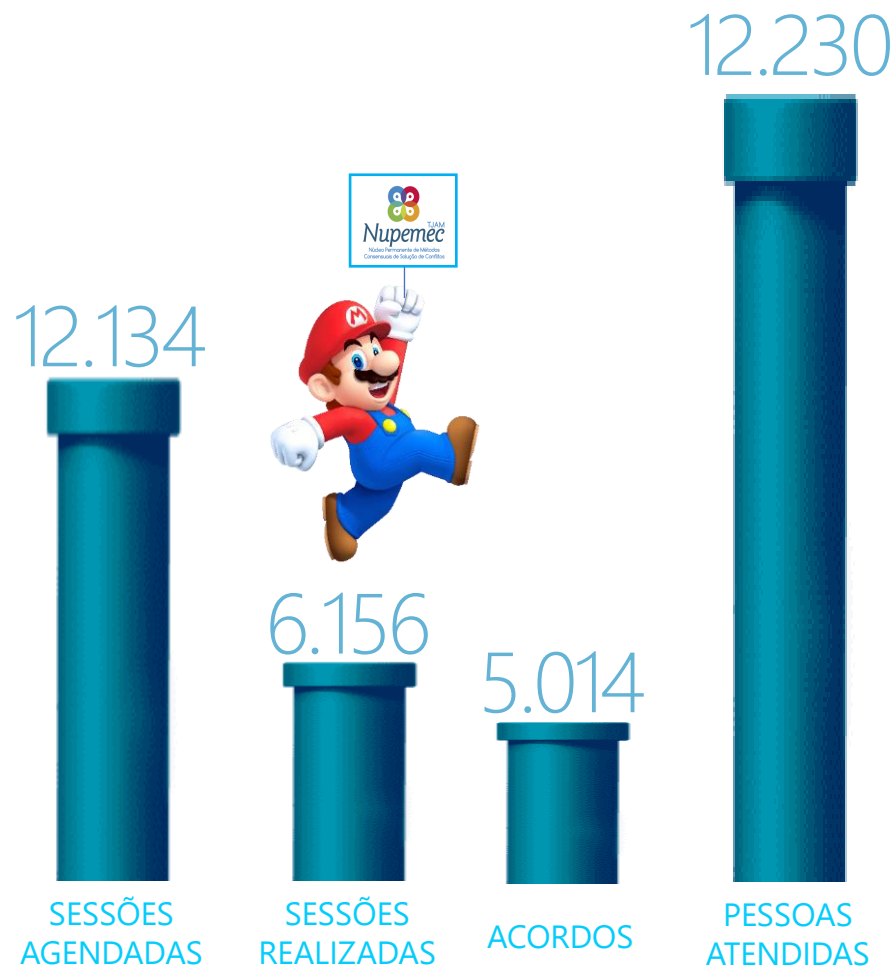
CERCA DE 40% DOS PROCESSOS
DAS *VARAS DE FAMÍLIA* SÃO
DIRECIONADOS AOS CEJUSCS
FAMÍLIAS E POLO AVANÇADO.

MÉDIA DE ACORDOS: 62%



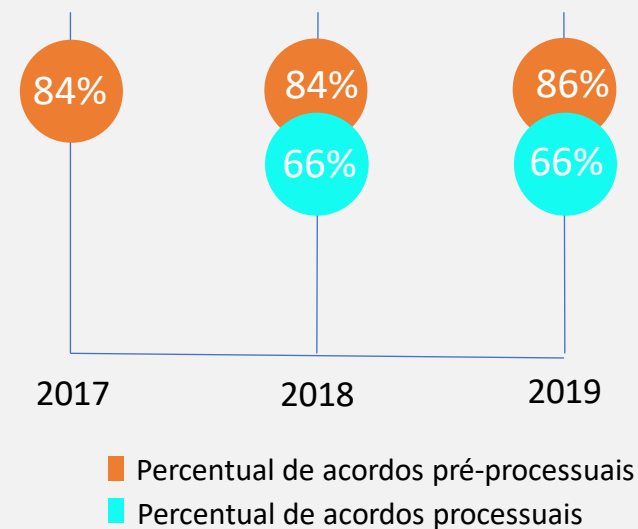
RESULTADOS CONSOLIDADOS CEJUSC POLO AVANÇADO

(2017–2019)



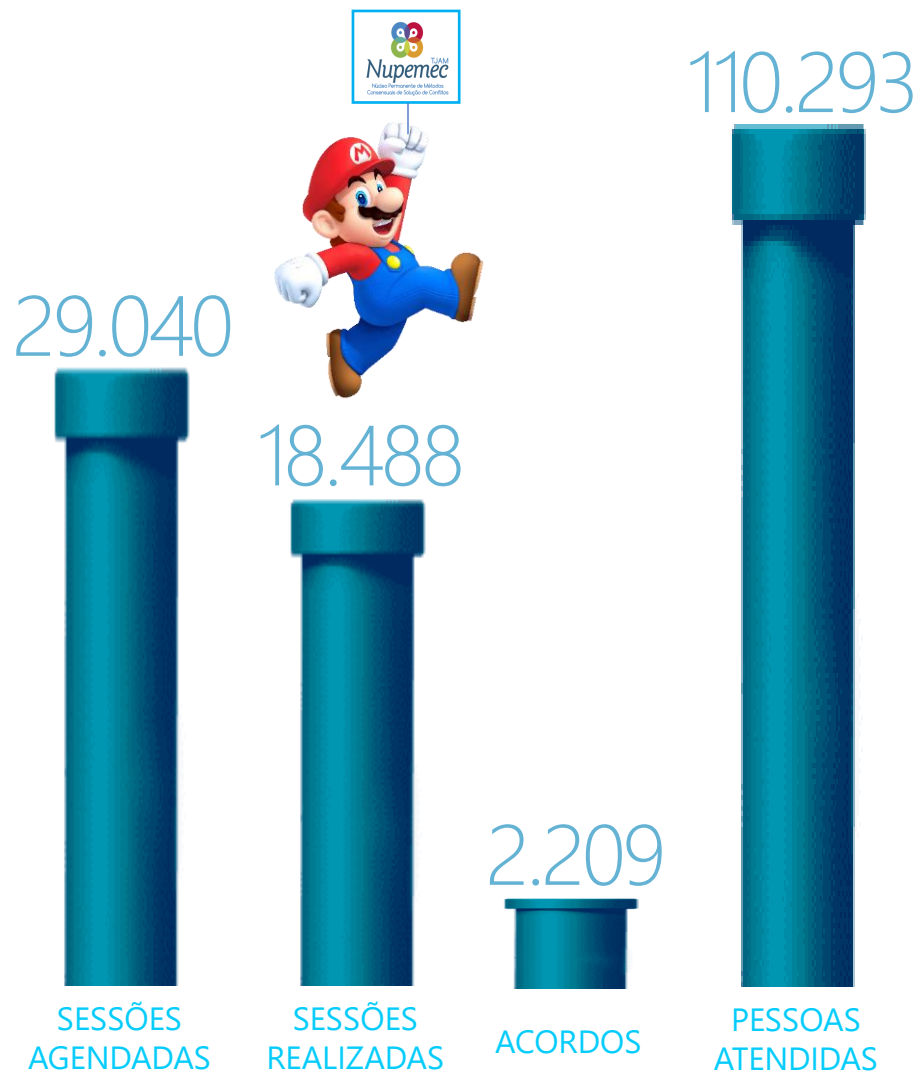
CERCA DE 40% DOS PROCESSOS
DAS *VARAS DE FAMÍLIA* SÃO
DIRECIONADOS AOS CEJUSCS
FAMÍLIAS E POLO AVANÇADO.

MÉDIA DE ACORDOS: 81%

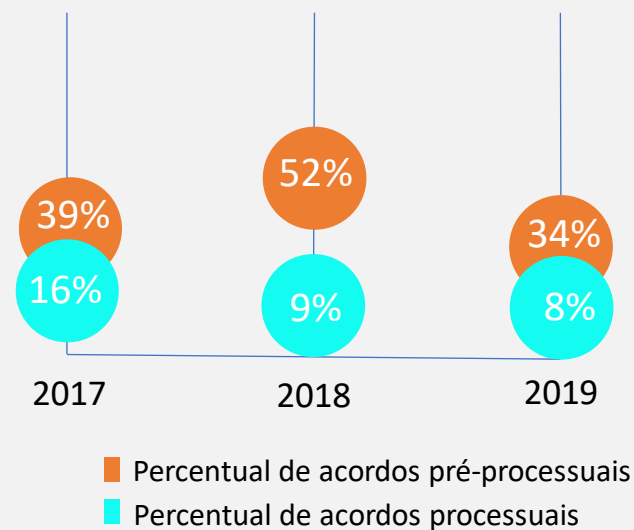


RESULTADOS CONSOLIDADOS CEJUSC CÍVEL

(2017–2019)



MÉDIA DE ACORDOS: 12%



DESAFIOS

CNJ EM NÚMEROS (2020)¹

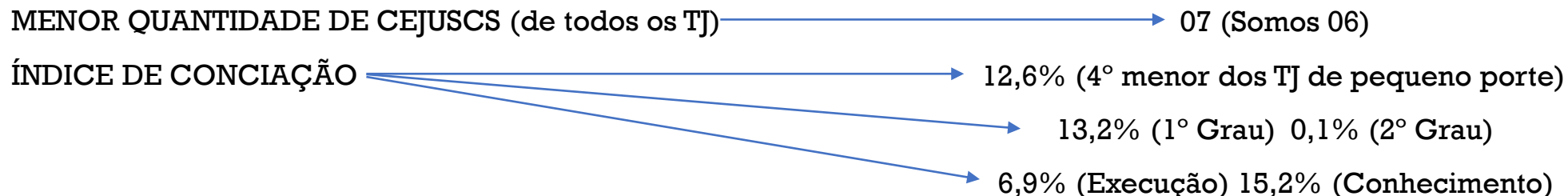
¹ CNJ (2020). Justiça em Números. Disponível em:
<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/08/WEB-V3-Justi%C3%A7a-em-N%C3%BAmoros-2020-atualizado-em-25-08-2020.pdf>

MUNICÍPIO-SEDE	61
UNIDADE JUDICIÁRIA	136
POPULAÇÃO QUE RESIDE NO MUNICÍPIO-SEDE DA COMARCA	71%
MAIOR ÍNDICE DE HABITANTES POR UNIDADE JUDICIÁRIA (1º GRAU)	Acima de 3.870 pessoas
CASOS NOVOS	5.564 (a cada 100 mil habitantes)
CASOS PENDENTES	1.883 (a cada 100 mil habitantes)
TOTAL DE CASOS NOVOS	250.755
TOTAL DE CASOS PENDENTES	654.257
TOTAL DE MAGISTRADOS	205
TOTAL DE SERVIDORES E AUXILIARES	2.986
SERVIDORES NA ÁREA ADMINISTRATIVA	15% (2ª taxa mais baixa dos TJ de pequeno porte)
TAXA DE CONGESTIONAMENTO	70% (1º Grau) e 56% (2º Grau) 60% (Conhecimento-1º Grau) e 89% (Execução-1º Grau)
EXECUÇÃO FISCAL	Gargalo da Taxa de congestionamento.
IAD (Índice de Atendimento à Demanda. Refere-se a baixar processos equivalente ao quantitativo de Casos Novos. Ideal é acima de 100%).	112,8%

DESAFIOS

CNJ EM NÚMEROS (2020)¹

¹ CNJ (2020). Justiça em Números. Disponível em:
<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/08/WEB-V3-Justi%C3%A7a-em-N%C3%B3meros-2020-atualizado-em-25-08-2020.pdf>



ASSUNTO MAIS DEMANDADO NO 1º GRAU (VARA)

1. Direito Tributário: dívida ativa
2. Direito Civil: obrigações/espécie de contrato
3. Direito Civil: família/alimentos
4. Direito Tributário: imposto/IPTU
5. Direito Penal: violência contra mulher.

CONCLUSÃO:

A execução fiscal continua se apresentando como responsável por grande parte do acervo e da morosidade da justiça.

O tempo médio de uma execução judicial ou de um título executivo extrajudicial que não contenha a execução fiscal e de 3 anos e 3 meses. Na execução fiscal, o tempo é de 8 anos.

A conciliação, política permanente do CNJ desde 2006, apresenta lenta evolução. Em 2019 foram 12,5% de processos solucionados via conciliação. As sentenças homologatórias de acordo cresceu 30,1%, passando de 2.987.623 sentenças homologatórias (2015) para 3.887.226 (2019).

MACRODESAFIO 3 - PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS

DESCRIÇÃO: REFERE-SE AO FOMENTO DE MEIOS EXTRAJUDICIAIS PARA PREVENÇÃO E PARA RESOLUÇÃO NEGOCIADA DE CONFLITOS, COM A PARTICIPAÇÃO ATIVA DO CIDADÃO. VISA ESTIMULAR A COMUNIDADE A RESOLVER SEUS CONFLITOS SEM NECESSIDADE DE PROCESSO JUDICIAL, MEDIANTE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM. ABRANGE TAMBÉM PARCERIAS ENTRE OS PODERES A FIM DE EVITAR POTENCIAIS CAUSAS JUDICIAIS E DESTRAVAR CONTROVÉRSIAS EXISTENTES.

Indicador: Índice de Conciliação (*)

Meta: Aumentar em 2% ao ano o percentual de conciliações.

Linha de Base:
5,82% em 2018
12,71% em 2019
8,39% em 2020

2021:
10,39%

2022:
12,39%

2023:
14,39%

2024:
16,39%

2025:
18,39%

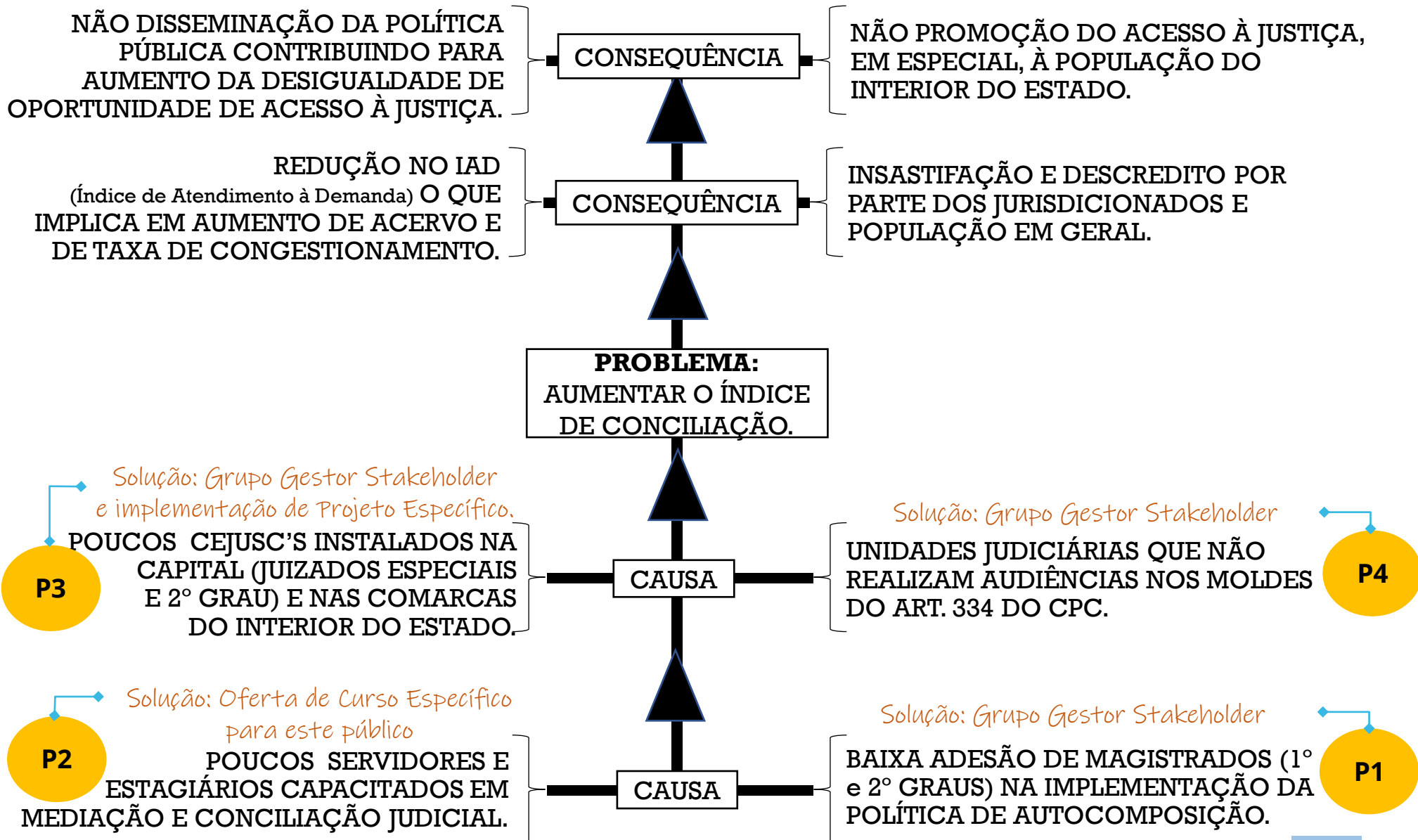
2026:
20,39%

Tipo de Indicador: Eficiência.

O que mede: Percentual entre o total de sentenças homologatórias de acordo em relação ao total de sentenças, conforme fórmulas e glossários da Res. CNJ n.º 76. Serão consideradas as sentenças de todas as fases (conhecimento e execução), bem como de todas as instâncias.

Indicador: Índice de realização de audiências nos CEJUSCS. (*)**Meta:** Aumentar em 2% ao ano o percentual de conciliações nos CEJUSCS.**Linha de Base:**
42,64% em 2018
38,32% em 2019
10,95% em 2020**2021:**
12,95%**2022:**
14,95%**2023:**
16,95%**2024:**
18,95%**2025:**
20,95%**2026:**
22,95%**Tipo de Indicador:** Eficiência.**O que mede:** Total de audiências realizadas nos CEJUSCS, em relação ao total de processos e de procedimentos pré-processuais recebidos nos CEJUSCS.**Indicador: Índice de realização de audiências do artigo 334 do CPC (*)****Meta:** Aumentar em 2% ao ano o total de audiências realizadas nos termos do artigo 334 do CPC.**Linha de Base:**
0,03% em 2020**2021:**
2,03%**2022:**
4,03%**2023:**
6,03%**2024:**
8,03%**2025:**
10,03%**2026:**
12,03%**Tipo de Indicador:** Eficiência.**O que mede:** Total de audiências, nos termos do art. 334 do CPC realizadas em qualquer unidade judiciária, inclusive nos CEJUSCS ou nas Câmaras de Conciliação/Mediação, em relação aos Casos Novos de Conhecimento não Criminais de 1º grau e Casos Novos Originários de 2º grau, passíveis de acordo.

ÁRVORE PROBLEMA



01

PROJETO DE DISSEMINAÇÃO DA POLÍTICA

GOVERNOS LOCAIS	PODER LEGISLATIVO	FOMENTO	TJAM
-Local p/ instalação do CEJUSC. -Recursos Humanos para atuação no CEJUSC.	-Emenda Parlamentar para aquisição de materiais de escritório, material de expediente e equipamentos de informática.	-Pagamento de diárias. -Custeio de Passagens. -Custeio do Plano de Comunicação. -Contratação de profissionais para formação de equipe.	-Treinamento de equipe dos CEJUSCS e Projeto. -Implementação e manutenção do funcionamento da unidade. -Realização de audiências. -Promoção de ações sociais.

02

GRUPO GESTOR *STAKEHOLDER*

ATUAÇÃO POLÍTICA, TÉCNICA E CIENTÍFICA.

03

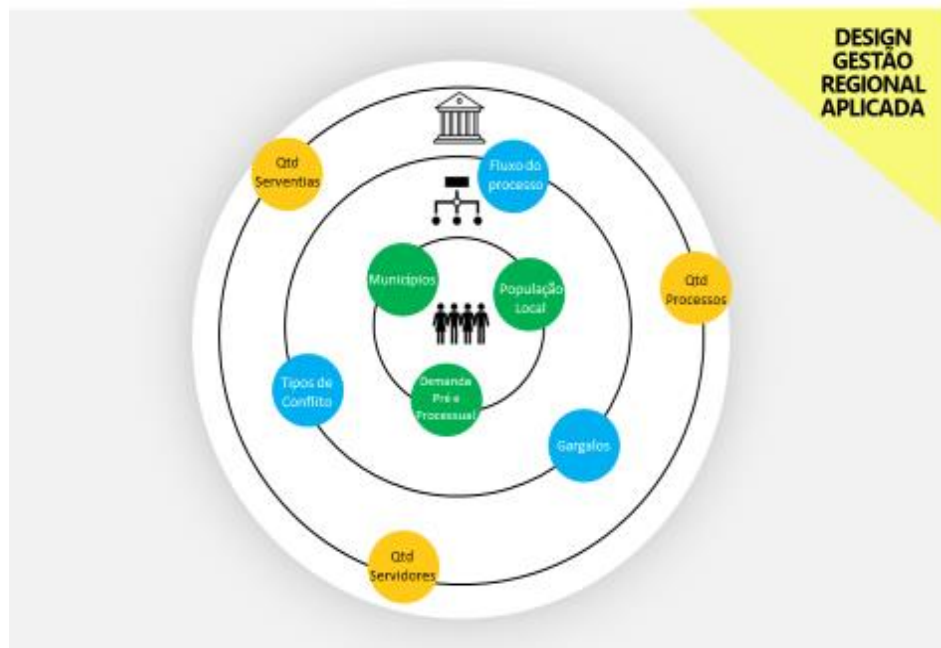
GRUPO DE TRABALHO ACERVO

ATUAÇÃO NO ACERVO: CÍVEL, JEC e FAMÍLIA.
(Equipe do Projeto de Disseminação da Política)

Gestão Política

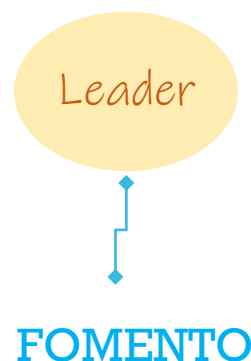
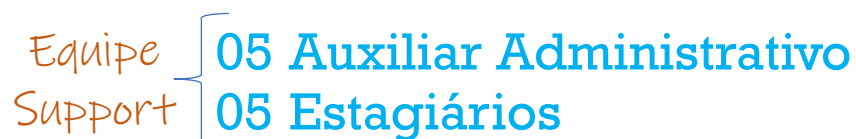
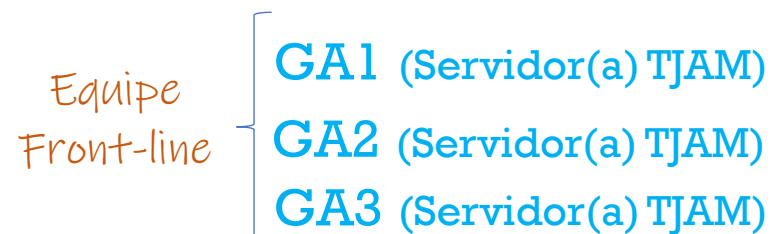
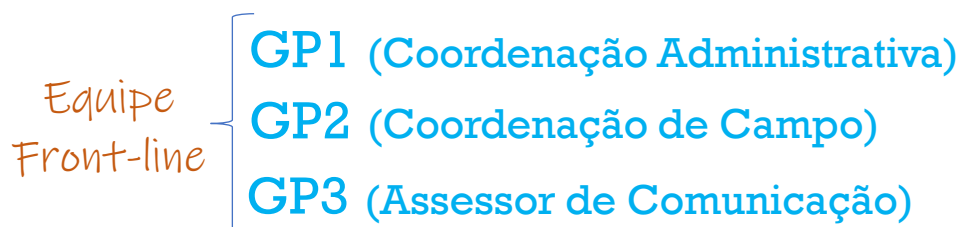


Gestão Administrativa



Gestão Política

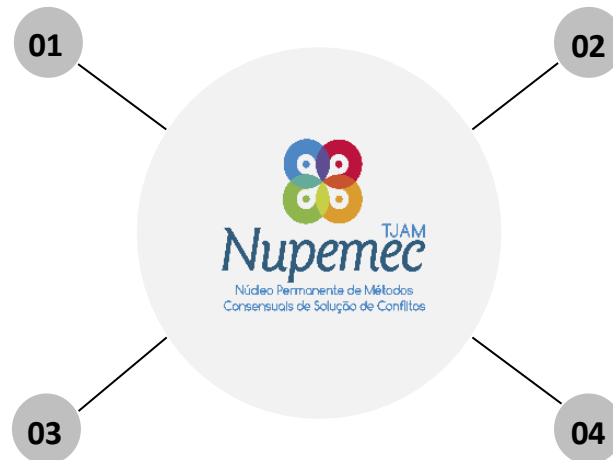
Gestão Administrativa



PROPOSTA AÇÕES IMEDIATAS

01
FORMAÇÃO DO
GRUPO GESTOR
STAKEHOLDERS.

03
CRIAÇÃO E
IMPLEMENTAÇÃO DO
GRUPO DE TRABALHO:
“GT ACERVO FAMÍLIAS.”



02
IMPLEMENTAÇÃO DO
PROJETO:
“DISSEMINAÇÃO DA
POLÍTICA DE PACIFICAÇÃO
POR MEIO DO DESIGN DA
GESTÃO REGIONAL.”

04
VIABILIZAÇÃO DA
EQUIPE DE
SERVIDORES E
ESTAGIÁRIOS COM
LOTAÇÃO NO
NUPEMEC/TJAM.

PROPOSTA AÇÕES IMEDIATAS

- ✓ CONCLUSÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE MEDIADORES E CONCILIADORES JUDICIAL DE CERCA DE 100 ALUNOS (Turmas: 2019 e 2020).
- ✓ REATIVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO CEJUSC FAZENDA PÚBLICA.
- ✓ REVISÃO DO PROJETO *PAI É LEGAL* (ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM SEMED).
- ✓ REVISÃO DO PROJETO *CASA SEM PAREDE*.
- ✓ REFORMULAÇÃO DO PROJETO *JUSTIÇA RESTAURATIVA*.
- ✓ COMPARTILHAMENTO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE MEDIADORES E CONCILIADORES JUDICIAL (CNJ).
- ✓ ELABORAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.
- ✓ CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO CEJUSC ITINERANTE COM ATUAÇÃO NA CAPITAL E NO INTERIOR DO ESTADO.